

Pedidos de medida protetiva triplicam e região bate recorde

Pedidos de medida protetiva triplicam e região bate recorde

Após 20 anos da Lei Maria da Penha, Grande ABC atinge a maior marca da série histórica, com 3.991 solicitações neste ano ante 1.195 em 2020

TATIANE PAMOUKIAN

tatiane.pamoukian@diario.com.br

Os pedidos de medidas protetivas nas sete cidades cresceram 234%, ou seja, mais que triplicaram, desde o início dos registros do Painel da Violência Doméstica do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em 2020. No primeiro semestre deste ano, de acordo com levantamento do Diário, foram 1.195 solicitações contra 3.991 de janeiro a junho de 2026, maior número

da série histórica. (Veja dados por ano na tabela)

O recorde chega justamente com o aniversário de 20 anos da Lei Maria da Penha. Sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a legislação criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme destaca a professora doutora em Clínica da Saúde do Centro Universitário FMABC (Faculdade de Medicina do

ABC), Silmara Gonçalves, que foi a primeira secretária de Políticas para as Mulheres de Santo André, de 2013 a 2016. "A Lei Maria da Penha veio para tipificar a violência contra a mulher como crime hediondo, antes considerado de menor potencial ofensivo, e a sociedade começa a entender que esse tipo de violência não é algo natural, mas sim uma construção social. A legislação vem atuada para dizer que este é um problema do Estado, não para ser resolvido entre quatro paredes, como diz o ditado: em briga de marido e mulher, não se mete a colher", destaca.

Para a especialista, os números são resultado do aumento da rede de proteção que encoraja a vítima, mas também de movimentos nas redes sociais que disseminam o ódio contra o gênero feminino. "As mulheres estão adquirindo mais conhecimento de seus direitos. Por outro lado, temos os grupos de 'machosfera' e 'red pill'. São homens que não aceitam perder poder e privilégios e querem que as mulheres voltem para casa após conquistar tanto espaço. Por isso, quando a mulher começa a fazer suas escolhas e ter domínio sobre sua vida, é perseguida", avalia. Considerada pela ONU (Organização das Nações Unidas) uma das três legislações mais avançadas do mundo no combate à violência do-

méstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha é avaliada de forma positiva pela docente. No entanto, para que seus mecanismos sejam efetivos na prática, é indispensável a atuação humana. "As pessoas precisam conhecer a legislação e reverter seus valores culturais. A formação deve ser divulgada permanentemente. Se um profissional da saúde ou do judiciário não a conhece e aplica, a lei não sai do papel".

PREVENÇÃO

A lei por si só não muda a cultura, de acordo com Silmara. Por isso, o principal desafio é trabalhar a prevenção. "Precisamos parar de enxugar gelo e atuar em uma educação não sexista, nos questionar como estamos

educando nossos filhos e alunos, se em vez de reafirmar essa divisão de gêneros, estamos trabalhando para uma sociedade mais igualitária. Precisamos caminhar juntos, de homens alinhados compreendendo que o sistema patriarcal é perverso contra as mulheres, e mais ainda em relação às mulheres negras", afirma. A professora e ex-secretária de Políticas Públicas para Mulheres de Santo André defende a introdução de questões de gênero e classe social como temas fundamentais nas escolas. "Já são recomendações da lei que precisam ser cumpridas. Também precisamos ter um controle maior das redes sociais para que discursos de ódio não sejam disseminados e normalizados."

Dados da série histórica

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Santo André	389	645	852	823	956	916	1.099
São Bernardo	408	695	642	693	844	1.162	1.408
São Caetano	53	99	102	154	121	126	131
Diadema	130	249	252	282	435	542	639
Mossoró	96	242	356	407	492	593	657
Ribeirão Preto	59	201	125	127	98	147	130
Rio Grande da Serra	0	0	0	54	65	48	37
GRANDE ABC	1.195	2.138	2.429	2.548	3.011	3.504	3.991

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Rede de proteção oferece suporte às vítimas de violência

O Grande ABC possui uma rede de atendimento relativamente estruturada para mulheres em situação de violência. As DDMs (Delegacias de Defesa da Mulher) estão presentes em cinco das sete cidades, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Mauá. As cidades contam ainda com as Patrulhas Maria da Penha das GCMs (Guardas Civis Municipais).

A cidade são-bernardense inaugurou, em 15 de maio, a

primeira DDM 24 horas da região. Desde sua inauguração, o órgão policial realizou 648 atendimentos presenciais, dos quais 312 (48%) ocorreram em horários que antes não eram cobertos pela unidade. Além disso, toda a região dispõe do Programa Casa Abrigo Regional Grande ABC, destinado a mulheres e seus filhos em risco iminente de morte. O acesso ao abrigo ocorre por encami-

nhamento dos CREAS (Centros de Referência) ou da Polícia. A rede de São Bernardo possui ainda a Casa de Passagem Enfermeira Vanessa de Glória Fontes. Para apoiar as mulheres em situação de violência, Santo André tem o Centro de Referência Vem Maria, que oferece atendimento psicológico, social e orientação jurídica. São Bernardo conta com o CREAM (Centro de Referência e Apoio à Mulher). São Caetano atua por meio do CREAM (Centro de Referência Especializado em Atendimento à Mulher - Vítima de Violência) e criou o

Programa Smart Sanca (Centro de Inteligência, Segurança e Emergência) Ltda. Diadema possui o centro especializado Casa Beth Lobo, centro de referência que funciona desde 1991. Mauá estruturou o SIAMM (Sistema Único de Atendimento à Mulher de Mauá), um modelo de atuação integrada que articula os serviços municipais com os órgãos do sistema de justiça, segurança pública e demais políticas públicas. Ribeirão Preto está em processo de implantação de uma DDM e conta com apoio do CREAS, assim como Rio Grande da Serra.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 4